MONÇÕES
Revista de Relações Internacionais da UFGD
ISSN 2316-8323

PEEKABO! UMA ANÁLISE EM TRÊS NÍVEIS DO RECONHECIMENTO DE UMA CRISE NO ZIMBÁBUE PELO OCIDENTE

XAMAN MINILLO

Professora do Departamento de Relações Internacionais da UFPB e Mestre em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília

RESUMO: Procurando contribuir para a compreensão da mudança no posicionamento ocidental quanto ao regime de Robert Mugabe no Zimbábue, que passa de joia da África, nos anos 1980, a pária do Ocidente na segunda metade dos anos 1990, o artigo oferece um relato histórico abrangendo os níveis sistêmico, regional e doméstico das relações do Estado. A partir do exame das dinâmicas presentes nos três níveis são explicitados os fatores que embasaram a boa imagem que a comunidade internacional tinha do regime de Mugabe e a pouca atenção conferida pelo Ocidente aos problemas de autocracia e violação de direitos humanos no país até a segunda metade dos anos 1990. Serão avaliadas a conjuntura de Guerra Fria; os desafios apresentados pelo regime de apartheid na África do Sul para a África Austral; e as políticas domésticas de reconciliação racial que tornavam o regime de Mugabe conveniente para os interesses ocidentais e faziam do Estado uma peça chave na África Austral. Demonstra-se como a alteração das condições sistêmicas, regionais e domésticas determinou mudanças drásticas nas relações internacionais do Zimbábue iniciando um período de crise nas interações entre o Estado africano e potências ocidentais. Mais do que mudanças no caráter das políticas do regime de Mugabe, foi a disposição das potências ocidentais para ignorar os problemas de seu governo e a sua imagem no Ocidente que sofreram alterações.

PALAVRAS-CHAVE: Zimbábue, análise de 3 níveis, padrões duplos

PEEKABO! A THREE LEVEL ANALYSIS OF THE WESTERN RECOGNITION OF A CRISIS IN ZIMBABWE

ABSTRACT: Aiming at contributing to the understanding of the change in the Western position related to Robert Mugabe's regime in Zimbabwe, which became, instead of the jewel of Africa, as it was seen in the 1980s, the West's pariah in the second half of the 1990s, the article offers a historical account on the systemic, regional and domestic levels of the state's relations. The examination of the dynamics present in the three levels explicit the factors that underpinned the positive image that the international community had of the Mugabe regime and the limited attention given by the West to the problems of autocracy and human rights violations in the country until the second half of the 1990s. The Cold War environment will be evaluated; as will the challenges posed by the apartheid regime in South Africa to the Southern Africa region and the domestic policies of racial reconciliation that made the Mugabe regime convenient to Western interests and made the state a key player in Southern Africa. It is demonstrated how the change in systemic and regional conditions led to drastic changes in Zimbabwe's international relations beginning

a period of crisis in the interactions between the African state and the Western powers. More than a change in the character of Mugabe regime's policies, it was the willingness of Western powers to ignore the problems of his government and his image in the West that changed.

KEYWORDS: Zimbabwe, 3 level analysis, double standards

INTRODUÇÃO

O histórico das relações internacionais do Zimbábue permite identificar dois momentos distintos: o primeiro deles um período de "lua de mel" (CHAN, 2003) entre o presidente Robert Mugabe e a comunidade internacional e o segundo, iniciado na década de 1990, caracterizado pela perda da legitimidade do regime entre as potências ocidentais. Tal reformulação do posicionamento da opinião ocidental não pode ser atribuída a problemas de governança e violência contra a oposição, minando as instituições políticas e sociais do país, pois tais ocorrências já existiam na década anterior.

A compreensão do reconhecimento de uma situação de crise doméstica no Zimbábue na segunda metade dos anos 1990 e o desenvolvimento de críticas ao regime de Robert Mugabe a partir de 1997 não pode ser feita enfocando apenas nos eventos domésticos. Propõe-se que neste segundo período ocorreu, devido a mudanças não somente no âmbito doméstico do Zimbábue, mas também nos níveis sistêmico e regional, uma mudança na imagem do Estado e do regime Mugabe para o Ocidente. Para analisar tal asserção, propõe-se uma análise multinível da inserção internacional do Zimbábue entre sua independência e o final dos anos 1990.

Durante os primeiros anos após sua independência, em 1980, o cenário doméstico do Zimbábue foi marcado pela repressão violenta da oposição e dissidências que contavam com o apoio da África do Sul, ocorrendo inclusive um massacre de milhares de civis conhecido como *Gukurahundi*[1], no qual a ala armada da *Zimbabwe African National Union-Patriotic Front* (ZANU-PF), partido do presidente, matou e torturou milhares de civis entre 1983 e 1987 (KRIGER, 2003). Salienta-se, no entanto, que mesmo com tais acontecimentos, o Zimbábue se destacou como um Estado pós-colonial africano modelo de reconciliação racial na África Austral e com

[1] Em shona significa "a chuva precoce que lava a palha antes das chuvas de primavera", em alusão a limpar o terreno, livrando o país da oposição, majoritariamente da etnia nandebele, para o desenvolvimento das políticas nacionais.

forte presença internacional promovendo a neutralidade positiva. Mugabe, seu governante desde a independência até os dias de hoje, era reconhecido pela comunidade internacional como um grande estadista, que mesmo após as décadas de governo racista e segregacionista que privilegiava os colonos brancos, soube gerar uma política de reconciliação entre estes e a maioria africana.

O presente artigo procura evidenciar, em três níveis, um panorama histórico dos fatores que embasaram a boa imagem que a comunidade internacional tinha do regime de Robert Mugabe e a pouca atenção conferida pelo ocidente aos problemas de autocracia e violações de direitos humanos no país até o início dos anos 1990. Serão apresentadas questões sistêmicas, como conjuntura de Guerra Fria; regionais, como os desafios apresentados pelo regime de apartheid na África do Sul para a África Austral; e domésticas que tornavam o ambiente doméstico do Zimbábue conveniente para os interesses ocidentais e o Estado uma peça chave no desenvolvimento da África Austral, oferecendo um modelo bem sucedido de interação entre brancos e africanos. Em seguida, aponta-se como a alteração destas condições determinou mudanças drásticas nas relações internacionais do Zimbábue iniciando um período de crise nas interações entre o Estado africano e potências ocidentais. Espera-se, assim, demonstrar a partir de um relato histórico como, mais do que mudanças no caráter das políticas do regime de Robert Mugabe, foi a *imagem* que o Ocidente dele fazia e sua disposição para ignorar os problemas de seu governo que sofreram alterações (DÖPCKE, 2002).

DETERMINANTES DA IMAGEM POSITIVA DO ZIMBÁBUE NO OCIDENTE

O território que hoje compõe o Zimbábue foi conquistado pelos britânicos nos anos de 1880 e, reconhecido internacionalmente como Rodésia do Sul, passou a ser explorado e controlado pela *British South African Company* (BSAC) entre 1889 e 1923. Neste ano, o território tornou-se uma colônia da Coroa Britânica e passou por diversas formas de organização política, como a Federação da Rodésia e Niassalândia, junto

com os territórios de Rodésia do Norte e Niassalândia – atuais Zâmbia e Malawi, respectivamente –, sob o governo de minoria branca da Frente Rodesiana que, em 1965, declarou, unilateralmente, a independência do território, sem obter reconhecimento internacional.

Tal fato deveu-se, apesar do desenvolvimento econômico do território e de sua administração, às políticas racistas e segregacionistas desenvolvidas pelo regime da Frente Rodesiana, partido que promovia um governo de minoria branca em detrimento da maioria da população africana e procurou conter os movimentos nacionalistas africanos. Foi somente em 1980, após intensa luta pela independência e a Conferência de Lancaster House estabelecer um cessar fogo e produzir uma Constituição de Independência com as bases das instituições democráticas e de autogoverno do Zimbábue (HUGUENEY FILHO, 1993; NYANGONI, 1985) – aceita pelos movimentos de libertação, os Estados da Linha de Frente (ELF)[2] e pela África do Sul –, as primeiras eleições do Zimbábue serem realizadas com a vitória da ZANU e o empossamento de Robert Mugabe como Primeiro Ministro, que o Estado foi internacionalmente reconhecido como independente.

Imediatamente após a independência, houve um período de "lua de mel" entre o Estado africano e as potências ocidentais, quando, apesar de seu pequeno tamanho, este tinha grande projeção no cenário internacional e Mugabe era um líder reconhecido internacionalmente. Esta sessão procura ilustrar o período trazendo em três níveis os fatores responsáveis pela bem sucedida inserção internacional do Zimbábue como um Estado independente. São eles: o nível sistêmico da conjuntura bipolar da Guerra Fria, o nível regional instável da África Austral devido à presença do regime de apartheid na África do Sul e suas tentativas de desestabilização de seus vizinhos, e o nível doméstico, no qual Mugabe, além de reprimir violentamente a oposição. desenvolveu políticas de reconciliação com os colonos brancos, manteve o país inserido no mercado

[2] Os Estados da Linha de Frente eram um grupo de países da África Austral que se uniram para lutar contra o regime de apartheid na África do Sul. Eram eles Angola, Botsuana, Lesoto, Moçambique, Tanzânia, Zâmbia e, posteriormente, Zimbábue.

global, cooperando com as empresas e iniciativas estrangeiras no território e desenvolveu a reforma agrária respeitando a propriedade privada dos fazendeiros brancos.

A atuação estratégica de Estados africanos no contexto da Guerra Fria

No contexto sistêmico internacional durante os anos da Guerra Fria predominava a disputa inerente ao equilíbrio de poder da ordem internacional bipolar. Na agenda de segurança que dominava a agenda global, as superpotências, competindo entre si estrategicamente, além de algumas intervenções,[3] promoviam a busca por alianças nos jovens Estados que emergiam para fortalecer suas áreas de influência.

Neste contexto, foram possíveis, na maior parte da África Austral, políticas de alianças que geraram, para as elites dos jovens Estados africanos, grande poder de barganha na arena internacional. Interessadas em alianças estratégicas com atores que respeitassem sua soberania e lhes garantissem recursos materiais importantes para a consolidação do aparato estatal, as elites instaladas nesses Estados buscavam ativamente o apoio das superpotências. Estas ofereciam seu apoio em questões que favorecessem o sucesso da inserção internacional dos Estados pós-coloniais, como a defesa da soberania jurídica e a promoção do princípio da auto-determinação dos povos (CLAPHAM, 1996, SCARNECCHIA, 2011).

O estabelecimento destas relações garantia-lhes grande liberdade de ação, pois as superpotências, na maior parte dos casos, não dedicavam esforços para controlá-los, apoiavam os governos estabelecidos com recursos econômicos e militares, e defendiam sua soberania (CLAPHAM, 1996). A retórica anti-intervencionista dos Estados pós-coloniais não era invalidada por tais alianças, pois estas eram

[3] Segundo Clapham (1996), a única área da África Subsaariana que foi diretamente envolvida no confronto Leste-Oeste até os anos 1960 foi o Chifre da África. No entanto, com o fim do colonialismo português nos anos 1970, a África Austral também passou a ser palco do embate Leste Oeste com intervenção direta das potências.

perseguidas de acordo com os interesses dos jovens Estados e não eram vistas como violando sua soberania, pois fortaleciam os governos estabelecidos.

Buscando a realização de seus objetivos e interesses, o mais importante dos quais sendo a segurança do regime (CLARK, 2001), os Estados africanos podiam buscar estreitar laços com os Estados Unidos da América (EUA), que normalmente envolviam a continuação de fortes relações com as antigas potências coloniais, ou com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), quando desejavam distanciar-se das potências coloniais e do Ocidente (CLAPHAM, 1996).

Estas dinâmicas também eram interessantes para as grandes potências, pois lhes garantiam alianças sem grandes esforços ou comprometimento ideológico. Os EUA mantinham relações com regimes não democráticos e que violavam direitos humanos, ao mesmo tempo em que a URSS estabelecia aliados que aderissem a ideias socialistas e marxistas independentemente de seu regime sócio-econômico. Conservava-se, assim, o equilíbrio de poder no sistema internacional e era fortalecida a soberania jurídica dos Estados pós-coloniais sem grande comprometimento com a prática efetiva de valores democráticos ou socialistas nas esferas domésticas.[4] Este desinteresse das grandes potências pelas condições domésticas dos Estados apoiou o estabelecimento de Estados centralizados, despóticos e super-armados na África.

É notável que, apesar de adotar uma retórica socialista e manter uma aliança com a República Popular da China, existente com a ZANU desde o perído de luta armada pela independência (ENGEL, 1994), o Zimbábue adotou a postura de não alinhamento, que se traduzia em uma neutralidade positiva, isto é, o afastamento do conflito Leste-Oeste e a oposição ao conceito de esferas de influência em prol da coexistência pacífica entre as nações e os diferentes sistemas sócio-econômicos. Tal posicionamento, dadas as condições que o contexto internacional de Guerra Fria

[4] Embora não se adequassem aos critérios de democracias liberais, os Estados unidos apoiaram regimes autoritários como o da Coreia do Sul, Filipinas, Singapura, Jordânia e República Democrática do Congo (então República do Congo e depois Zaire), além de muitos na América Latina por desenvolverem políticas anticomunistas.

propiciava aos Estados africanos, garantiu ao Zimbábue amplo leque de estratégias dentre as quais poderia buscar de forma pragmática seus objetivos. Afastando-se da URSS, tradicional aliada da *Zimbabwe African People's Union* (ZAPU), movimento de libertação nacional rival ao seu, Mugabe estreitou relações com as potências ocidentais, cuja simpatia angariou promovendo boas relações comerciais e com seu pragmatismo em manter boa parte da estrutura do Estado capitalista rodesiano[5] (SCARNECCHIA, 2011).

A política externa do Zimbábue independente foi fortemente influenciada pela luta armada por descolonização, a qual teve papel central na formação da ideologia do partido governante. Defendendo a bandeira de não alinhamento e neutralidade positiva, Mugabe desenvolveu uma política externa ativa, mobilizando-se contra o colonialismo, a exploração, o imperialismo, o racismo e o regime de apartheid (ENGEL, 1994; NKIWANE, 1999). Os princípios de sua inserção internacional enfatizavam a necessidade de defender a soberania dos Estados fracos e reavaliar o equilíbrio entre os Estados ricos e pobres. Atuando de maneira multilateral propondo agendas, coordenando e harmonizando políticas externas, a atuação do Zimbábue obteve proeminência entre os países em desenvolvimento e a liderança de Mugabe foi reconhecida internacionalmente no contexto de Guerra Fria, especialmente no âmbito dos movimentos terceiro mundista e não alinhado.

Efeitos do regime de apartheid e suas tentativas de desestabilização

Historicamente as relações econômicas da África do Sul com seus vizinhos desenvolveram-se de forma amigável porém desigual desigual, estes sendo, em graus variados, dependentes daquela. Entretanto, nos anos 1970, o fim do colonialismo

[5] Os maiores parceiros comerciais do Estado eram Alemanha, Estados Unidos, União Europeia e Japão (GATT SECRETARIAT, 1994) e na Conferência do Zimbábue para Reconstruçãoe Desenvolvimento (ZIMCORD) de 1981 foram prometidos 1.286 bilhão em ajuda, sendo os maiores contribuintes o Banco Mundial, Reino Unido, Estados Unidos, Comunidade Européia, França e República Federativa da Alemanha (ICG, 2004).

português afetou a balança de poder na África Austral, pois ameaçou o "cordão sanitário" entre a potência regional – que mantinha o regime de apartheid, de extrema segregação racial – e os Estados vizinhos que tornavam-se independentes e estabeleciam governos africanos negros provocando uma virada na política regional da África do Sul que culminou na invasão a Angola (DÖPCKE, 1998).

Visando a proteger seu regime de apartheid, a África do Sul passou a desenvolver políticas domésticas de intensificação das medidas segregacionistas, e regionalmente diversas estratégias defensivas frente à crescente hostilidade internacional contra seu regime (DÖPCKE, 1998). Isto significou políticas de incorporação assertiva dos anos 1960 até meados dos anos 1970, um breve período de *détente* para que os conflitos regionais não escalassem e, a partir de 1980, quando a independência do Zimbábue efetivamente derrubou o cordão sanitário, a África do Sul passou a promover a *Total National Strategy,* por meio da qual procurava instituir uma política externa de hegemonia regional via dominação direta e indireta por meio de cooperação e dominação econômica, tornando os países da África Austral seus dependentes com o fim de reativar o cordão sanitário (NKIWANE, 2001; ENGEL,1994).

Apesar de, como outros Estados vizinhos, ter grande dependência econômica da África do Sul, a política externa zimbabuana tinha como um de seus pilares o distanciamento da potência vizinha. Assim, mesmo mantendo laços comerciais, sua relação foi marcada por desconfianças, ameaças e mesmo atos de agressão por parte da África do Sul (VAN WYK, 2002; ENGEL, 1994).

Para afastar-se da África do Sul e, ao mesmo tempo, conter sua política hegemônica, o Zimbábue procurou redirecionar os intensos laços que tinha com o Estado vizinho para projetos regionais como a *Southern Africa Development Co-ordination Conference* (SADCC), fechando acordos bilaterais nas áreas de comércio, transporte, energia e segurança com Moçambique, Zâmbia e Botsuana. Unindo os Estados da região em cooperação e suprindo as relações que tinham com a África do Sul, a SADCC tornou-se uma força econômica na África Austral e reduziu a dependência econômica de seus membros frente à África do Sul (VAN WYK, 2002).

Frente ao insucesso de sua estratégia de dominação econômica, a África do Sul passou a implementar táticas de desestabilização e intervenções militares em seu entorno, aproveitando-se das divisões internas nos Estados vizinhos e apoiando movimentos dissidentes dentro deles. Com a exceção do Lesoto, onde a administração Botha apoiou golpe militar, a África do Sul não almejava derrubar os governos, mas deixá-los vulneráveis e na defensiva, impedindo mobilizações contrárias aos seus interesses, como a aplicação de sanções e o apoio a movimentos anti-apartheid.

A potência regional armou e treinou dissidentes que se encontravam dentro do Zimbábue e executou invasões militares, atentados e assassinatos, sabotando equipamentos militares e assassinando lideranças políticas do país.[6] A reação do governo zimbabuano foi reprimir os revoltosos, enviando a 5ª Brigada, composta por soldados do *Zimbabwe African National Liberation Army* (ZANLA), braço armado da ZANU treinado pela Coréia do Norte, para destruir os centros de dissidência. Esta operação, que ficou conhecida como *Gukurahundi*, foi um massacre em termos humanitários que, além dos revoltosos, matou e torturou milhares de civis (KRIGER, 2003).

Salienta-se a importância de, na análise multinível, reconhecer as inter-relações entre os níveis. O início do governo Reagan em 1981 e a retomada das rivalidades Leste-Oeste levaram à promoção de uma política de engajamento construtivo com a África do Sul, compreendendo esta como "co-combatentes no confronto global contra a União Soviética" (DÖPCKE, 1998: 140). Isto significou políticas de diálogo com o governo de minoria branca em prol da abertura e mudança democrática no país que, na prática, resultou em carta branca para as políticas de desestabilização sul-africanas (DÖPCKE, 1998).

Enquanto desenvolvia estas políticas regionalmente, a África do Sul era corroída por forças domésticas e pressionada por sanções internacionais em prol do fim do

[6] Visando a atacar membros do ANC que encontravam-se no Zimbábue, a África do Sul assassinou Joe Gqabi em julho de 1981, além de procurar matar todos os membros do Comitê Central da ZANU-PF em sua sede em Harare no mesmo ano por meio de um atentado (SCARNECCHIA, 2011).

regime de apartheid.[7] Apoiar tais sanções era uma escolha difícil para os países de seu entorno, economicamente dependentes dela, pois poderia implicar em grandes danos a seu desenvolvimento. Ainda assim, os membros da SADCC apoiaram as sanções e, no âmbito do MNA, o Zimbábue liderou a pressão por sanções compreensivas e ajuda para os ELF e movimentos de libertação que se opusessem ao regime de apartheid. Não foi fácil para o Zimbábue manter seu posicionamento duro com relação à África do Sul, mas enquanto era negociada a transição democrática do Estado, Mugabe manteve oficialmente o isolamento diplomático e o não reconhecimento do regime de apartheid, o que lhe rendeu projeção internacional (ENGEL, 1994).

O isolamento da África do Sul aprofundou-se, especialmente após a escalada da resistência interna, iniciada com a revolta de Soweto em 1976, intensificando a reação internacional com o embargo de armas orquestrado pelas Nações Unidas em 1977 e o compreensivo *Anti-Apartheid Act* dos Estados Unidos em 1986 (DÖPCKE,1998). Neste contexto, instalou-se profunda crise interna na África do Sul que abriu caminho para a eleição de Frederik de Klerk em 1989, marcando o início de mudanças políticas substantivas no país e a tentativa de reaver o apoio internacional, ter revista sua dívida externa e recuperar sua economia da crise de forma que, em 1991, a estratégia de desestabilização regional foi encerrada (DÖPCKE, 1998, ENGEL, 1994).

Foi apenas no final de 1993, quando o Conselho Executivo Transicional já fora aprovado pelo Parlamento sul-africano e Mandela pedira o encerramento das sanções às Nações Unidas, que o Zimbábue suspendeu as sanções à África do Sul. Em abril de 1994, após a primeira eleição democrática da África do Sul, o Ministro das Relações Exteriores do Zimbábue anunciou o estabelecimento de relações diplomáticas com o país vizinho (VAN WYK, 2002).

[7] Em 1961, pela primeira vez foram sugeridas sanções pela Assembléia Geral das Nações Unidas como um meio pacífico adequado para induzir o regime da África do Sul a encerrar o apartheid sob pressão de Estados africanso e asiáticos. Em 1963 o Conselho de Segurança adotou as resoluções 181 e 182 recomendando o embargo de armas para a África do Sul e a criação de um grupo de trabalho para lidar com a questão, e nos anos seguintes outras resoluções recomendatórias foram formalizadas. Foi somente em 1977 que foi adotada uma resolução mandatória impondo o embargo de armas ao país diversas resoluções foram adotadas condenando as atividades do governo de apartheid.

Zimbábue como um modelo de Estado africano pós-colonial: políticas de reconciliação racial

O isolamento internacional da Rodésia do Sul foi rapidamente revertido após a independência do Zimbábue. As relações bilaterais do novo Estado floresceram, assim como sua participação em fóruns multilaterais e diversas delegações estrangeiras se instalaram em sua capital[8] (ENGEL, 1994). Mugabe, antes mesmo de sua posse, participou de um encontro dos ELF, o Zimbábue automaticamente se tornou membro da *Commonwealth* e, em 1980, foi aceito na Organização da Unidade Africana (OUA) e na Organização das Nações Unidas (ONU) e se juntou ao MNA. O país foi membro não permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas em 1983 e Secretário Geral do MNA entre 1986 e 1989, sediando a Assembléia Geral do movimento em Harare. Também ocupou a vice-presidência da Assembléia Geral das Nações Unidas em 1980 e 1989, da OUA em 1989 e 1993, assim como a Presidência da *Commonwealth* em 1991 e dos ELF em 1992.

Para reduzir sua dependência da África do Sul, o Zimbábue desenvolveu uma política econômica de promoção de exportações e substituição de importações para manter um balanço de pagamentos positivo e procurou fortalecer a cooperação na região ingressando na SADCC e no *Preferential Trade Agreement* (PTA).[9] A indústria e a agricultura nacionais eram fortes, mas devido à competitividade e não complementaridade dos produtos das economias da região, recém saídas de regimes

[8] Em janeiro de 1981 já havia 39 Estados e 5 organizações internacionais estabelecidas no país.
[9] Foram desenvolvidos diversos incentivos a isso por projetos como o *Export Incentive Scheme* de 1982 e o Zimbabwe *Export Promotion Programme* de 1986. A SADCC pretendia reduzir a dependência econômica dos seus membros integrando e desenvolvendo a região por meio da cooperação em programas que privilegiavam os interesses comuns de seus membros (ENGEL, 1994). A abordagem do PTA, surgido a partir do Plano de Ação de Lagos de 1980 da Comissão Econômica das Nações Unidas para a África (UNECA), era de liberalização do comércio tradicional, focando na eliminação de barreiras tarifárias e não tarifárias. Em 1991, os membros da SADCC transformaram-na na *South African Development Community* SADC e, dois anos depois, os membros do PTA criaram o Mercado Comum da África Oriental e Austral. O Zimbábue tomou parte em ambos.

coloniais, seu comércio se direcionou majoritariamente aos países do Norte (ENGEL, 1994). Os laços com as potências ocidentais também foram cultivados para garantir ao jovem Estado ajuda externa para reconstruir a infra-estrutura nacional destruída pelos conflitos da luta pela independência, recuperar a economia e gerenciar projetos sociais.[10]

Um parceiro comercial na África Austral com um governo legítimo e democraticamente eleito, o Zimbábue tinha sua política doméstica valorizada pelas potências ocidentais, especialmente pelo Reino Unido, que tinha muitos nacionais vivendo no país. Além da necessidade de reconstruir a estrutura de Estado herdada da Rodésia que fora afetada pelos anos de conflito, dentre os desafios que o novo governo enfrentou imediatamente após a independência estavam como melhorar as condições de vida da população africana e inseri-la na economia do Estado e como lidar com a população de colonos brancos, que haviam desenvolvido políticas de exclusão racial na Rodésia. A saída encontrada pelo governo foi manter boa parte da estrutura do Estado rodesiano, assim como uma série de privilégios que os colonos brancos gozavam e procurar expandir os benefícios existentes para a população africana (HERBST, 1990; HOLLAND, 2008) por meio do acesso a boa educação e a um sistema de saúde internacionalmente aplaudidos, que melhoraram as condições de vida da população (WORLD BANK, 1995a).

Boa parte da população branca temia Mugabe durante os anos de luta pela independência e, em 1980, quando o líder foi eleito Primeiro Ministro, muitos deixaram o país. No entanto, ao tomar posse, Mugabe iniciou uma política de reconciliação racial, incentivando o esquecimento do histórico de violências que marcara o período colonial (JERVIS, 2009; MEREDITH, 2007):

[10] Em 1980, o país recebeu promessas de 71.423 milhões de dólares, para serem usados em assistência a refugiados e reconstrução e no ano seguinte, para conseguir financiamento internacional para seus projetos, o governo hospedou a Conferência do Zimbábue para Reconstrução e Desenvolvimento (ZIMCORD), na qual foi prometido 1.286 bilhão de dólares em ajuda, sendo cerca de um quarto disto providenciado pelo Banco Mundial. Outros grandes contribuintes foram o Reino Unido, EUA, Comunidade Européia, França e República Federativa da Alemanha (ICG, 2004).

> Henceforth you and I must strive to adapt ourselves intellectually and spiritually to the reality of our political change and relate to each other as brothers bound one to the other by a bond of comradeship. If yesterday I fought you as an enemy, today you have become a friend and ally with the same national interests, loyalty, rights and duties as myself. If yesterday you hated me, today you cannot avoid the love that binds you to me and me to you. Is it not folly, therefore, that in these circumstances anybody should seek to revive the wounds and grievances of the past? The wrongs of the past must now stand forgiven and forgotten. (MUGABE, 1980 *apud* RAFTOPOULUS e SAVAGE, 2004: 10)

Assim, embora adotasse uma retórica igualitária, democrática e socialista, Mugabe pragmaticamente garantiu a continuidade da economia capitalista e controlada por brancos e multinacionais. Foi iniciado um programa de reforma agrária gradual, de acordo com as provisões do acordo de Lancaster House, respeitando os direitos de propriedade privada (BRETT, 2005).

A defesa da reconciliação racial e o pragmatismo demonstrado por Mugabe ao implementar políticas que gradualmente estendiam o estado de bem-estar anteriormente restrito aos colonos à população africana sem desestabilizar as condições privilegiadas da população branca nem desafiar seus direitos de propriedade, garantindo continuidade no desenvolvimento das indústrias, da agricultura e da mineração, tornaram ao regime de Mugabe estrategicamente interessante para o Norte. O Zimbábue parecia ser um modelo de Estado pós-colonial com uma grande população de colonos que poderia ser seguido pela África do Sul quando esta se democratizasse (DÖPCKE, 2002). Mugabe, no comando do Estado, era reconhecido internacionalmente como um exemplo de líder político progressista.

Visando encerrar as dissidências contrárias a seu regime, que eram fortalecidas pela África do Sul, o governo de Robert Mugabe procurou destruir a base de apoio da ZAPU, então a principal oposição, na *Matabeleland*, província onde este partido era majoritário. A ação da 5ª Brigada, a partir de 1982, resultou na morte de entre 6.000 e 20.000 civis e em violência contra muitos outros, configurando um massacre que acabou apenas em 1987, após um acordo de união ser firmado entre ZANU e ZAPU,

fundindo ambos partidos na *Zimbabwe African National Union-Patriotic Front* (ZANU-PF) e encaminhando o Zimbábue para se tornar um Estado monopartidário (KRIGER, 2003; CATHOLIC COMMISSION FOR JUSTICE AND PEACE, 2007).

Apesar de algumas ONGs denunciarem a violência que ocorria no âmbito doméstico do Zimbábue, e as violências de *Gukurahundi* nos anos 1980 foram ignoradas pela comunidade internacional, assim como foi desconsiderado o autoritarismo de Mugabe e a tendência a instauração de um Estado monopartidário (DÖPCKE, 2003, MASHINGAIDZE, 2006). Mesmo com estes problemas, na década de 1980, Mugabe era considerado um exemplo de estadista e o Zimbábue era citado em muitos estudos comparativos e na mídia internacional como um modelo da democracia africana e reconciliação racial, além de ser um prestigioso combatente, pacífico, mas determinado, do regime de apartheid (LAAKSO, 2002).

O RECONHECIMENTO DA CRISE ZIMBABUANA

Desde a independência, boa parte da população vivia na pobreza e em Áreas Comunais super-populosas, pois a reforma agrária do país, prometida na independência, não fora solucionada. A situação doméstica do país piorou quando, neste período, foram feitas mudanças na estrutura econômica do Zimbábue devido à tentativa do governo de implementar um programa de ajuste estrutural econômico liberalizante,[11] e o início de uma custosa intervenção militar na República Democrática do Congo.

[11] No ano de 1991 o governo do Zimbábue passou a promover uma agenda liberalizante com o apoio do Banco Mundial na forma de empréstimo de 125 milhões de dólares, conhecida como *Zimbabwe's Economic and Structural Adjustment Program.* De caráter liberal e objetivando reduzir o déficit estatal, o programa visava à abertura econômica comercial e cambial e a redução do papel estatal (AFRICAN DEVELOPMENT BANK GROUP, 1997). O programa gerou crescimento econômico e aumento das exportações, mas as reformas fiscais tiveram lento avanço, não houve redução do déficit orçamentário como esperado, a escassez de capital para a iniciativa privada foi intensificada, assim como a inflação, o desemprego e as incertezas quanto à economia. O próprio Banco Mundial, em relatório de avaliação de grupo independente, admite que a experiência no país demonstrou as dificuldades inerentes em lidar

Estes eventos propiciaram um contexto de crise doméstica e contestações políticas ao regime tornaram-se freqüentes. No final dos anos 1990 surgiu um partido de oposição com chances de vencer a ZANU-PF em eleições, o *Movement for Democratic Change* (MDC). Para garantir sua continuidade no poder, a ZANU-PF, cujas estratégias se misturaram às do governo, passou a tomar medidas drásticas, utilizando-se de símbolos do ideário nacionalista para legitimar seu governo e transformar a oposição e a população branca em inimigos do Estado, manipulando a reforma agrária para obter apoio da população rural e reprimindo quem se opusesse a seu regime. A crise no país, diferentemente do que ocorrera na década de 1980, foi reconhecida pelo Ocidente e afetou as boas relações que este tinha com Mugabe, tornando este alvo de críticas.

Efeitos do final da Guerra Fria para as relações internacionais do Zimbábue

Durante os anos da Guerra Fria, a rígida estrutura bipolar que favorecia o respeito à soberania jurídica, garantiu segurança e liberdade de ação para os regimes estabelecidos nos Estados africanos. O fim deste período trouxe consigo grandes mudanças na estrutura da arena internacional: findou-se a disputa entre Capitalismo e Comunismo, valores democráticos e de segurança humana ganharam maior relevância e as condições favoráveis aos Estados africanos se acabaram.

O poder de negociação que estes Estados tinham nesse período, atraindo alianças entre a disputa por poder das grandes potências, findou-se ao mesmo tempo em que o interesse internacional na África diminuía, trazendo consigo sua fragilização e decadência. Nesta transição também diminuiu a importância das fóruns multilaterais articulações terceiro-mundistas e o Movimento dos Não Alinhados na determinação da agenda da comunidade internacional. Estes fóruns funcionavam como pontos de convergência, locais de harmonização da política exterior dos Estados africanos e

com problemas sociais para atingir os pobres e a importância de não se levar em conta apenas os trabalhadores do setor formal urbano.

promoção de suas agendas. Com a perda de sua relevância, Estados como o Zimbábue, que se utilizavam destes ambientes para promoverem seus interesses, perderam muito de seu poder na arena internacional (DÖPCKE, 2003).

A alteração na distribuição internacional de poder também gerou uma mudança na cultura prevalente no meio internacional. Juntamente com a ascensão ocidental, valores democráticos e de segurança humana[12] ganharam maior relevância, sendo a nova bandeira ideológica promovida pelo ocidente. Na ordem liberal-democrática, sustentada pelos EUA após a queda do inimigo comunista, a legitimidade dos governos estabelecidos passou a ser condicionada às condições domésticas dos Estados e a como os governos estabelecidos respondiam às demandas de suas populações (KNUTSEN, 1992).

O dogmatismo liberal – isto é, a crença de que a mudança de autocracias para democracias é desejável, inevitável, interessante aos EUA e deve ser incentivada nos países em desenvolvimento –, juntamente com a valorização do desenvolvimento econômico, equacionado com um Estado mínimo e liberalização comercial e financeira, passaram a compor a cultura internacional dominante (KIRKPATRICK, 1979). Os valores democráticos ganharam força e, ao menos no nível dos discursos, passaram a formar o denominador comum que unia a comunidade internacional, espaço antes ocupado pelo anti-comunismo, e sua expansão apoiada na condição de super-potência dos EUA reafirma o fundamento político da ética nas relações internacionais.

Esta mudança no discurso prevalente na sociedade internacional erodiu o valor da soberania jurídica frente às demandas das potências ocidentais por programas de reforma econômica, defesa de direitos humanos, boa governança e eleições reconhecidas como democráticas, que passaram a ser condição para assistência

[12] Entende-se segurança humana como uma abordagem compreensiva que reconhece a complexidade das ameaças aos seres humanos, que além de envolver noções tradicionais de segurança, como agressões militares, inclui o reconhecimento das ameaças que fatores como pobreza, violência étnica, tráfico humano, mudança climática e pandemias colocam à segurança, demandando o reconhecimento da interdependência entre desenvolvimento, direitos humanos e segurança nacional (UN HUMAN SECURITY UNIT, 2009).

financeira e cooperação, necessárias aos Estados fracos (CLAPHAM, 1996; WOYACH, 1996). Era legitimada a possibilidade de intervenção externa na política doméstica de um Estado em nome da democracia, defesa de direitos humanos, boa governança e reformas econômicas liberalizantes.

É preciso reafirmar que a ética liberal foi, e ainda é, utilizada politicamente e os valores democráticos promovidos de forma inconsistente e por vezes contraditória na nova ordem global, dependendo de a quem se direcionavam (MKENDA, 2009). O próprio Zimbábue, que na década de 1980 desenvolvera um projeto de estado monopartidário e violara sistematicamente os direitos humanos da população que se opunha ao governo, não foi alvo de críticas internacionais até o ano de 1997. O olhar multinível se mostra de grande valia para a compreensão do endurecimento nas relações internacionais entre Zimbábue e as potências ocidentais, pois permite o reconhecimento do peso de fatores sistêmicos, como o final da Guerra Fria somados às dinâmicas regionais da África Austral e a situação doméstica nestas mudanças.

O nível regional: final do Regime de Apartheid e a intervenção militar na República Democrática do Congo

O outro aspecto que influenciou negativamente a imagem internacional do governo de Mugabe foi o final do regime de apartheid na África do Sul, em 1994. A África Austral perdeu destaque como um questão de segurança na agenda internacional e, sem a luta contra o apartheid, uma das agendas mais importantes do Zimbábue, o apelo moral de Mugabe e a relevância de sua atuação na arena internacional foram reduzidos.

A África do Sul, que já tinha destaque como liderança no continente devido à superioridade econômica e militar de seu Estado comparada àquela de outros Estados Africanos, transformou-se, com o final do regime de apartheid, de um Estado pária em marco de estabilidade e desenvolvimento na região e o símbolo da democracia africana (BOOTH e VALE, 1995). Incorporando as experiências da luta contra o apartheid, o

governo de Mandela desenvolveu uma política que correspondia às demandas idealistas que eram direcionadas a seu país, enfatizando direitos humanos, democratização e desenvolvimento (ALDEN e LE PERE, 2004). Esta nova democracia adequava-se ao discurso prevalente na nova ordem internacional, reconhecendo o colapso do socialismo e a emergência da liberal-democracia e das economias de mercado e assumia papel de referência de Estado africano (EVANS, 1996).

Neste contexto, imagem do Zimbábue perdeu destaque e o Estado deixou de ser o modelo de democracia e reconciliação racial na África Austral. Frente ao brilhantismo com o qual se desenvolvia a política exterior da África do Sul, e a importância política de Mugabe diminuía, contraposta à de Mandela, que ascendia (DÖPCKE, 2005). Ao mesmo tempo, com a intensificação dos laços comerciais entre os dois Estados após a transição democrática sul-africana, o Zimbábue tornava-se cada vez mais dependente economicamente dela (RUPIYA, 2002).

Quando se iniciou a Segunda Guerra do Congo, em agosto de 1998, Laurant-Désiré Kabila, presidente deste Estado, ameaçado por Uganda, Burundi e Ruanda, procurou alianças dentro destes países e junto dos membros da SADC (REYNTJENS, 1999). O Zimbábue foi o primeiro a responder ao pedido de ajuda de Kabila, sediando uma cúpula em Harare no final de agosto para iniciar as negociações entre as partes e se envolvendo na primeira missão militar de investigação enviada ao país pela SADC.

A intervenção no Congo representava uma oportunidade para Mugabe reafirmar sua liderança na região – bastante desgastada perante ao Ocidente frente ao prestígio de Mandela –, para garantir a efetividade do acordo de defesa mútua da SADC e porque a RDC configurava um mercado atraente para o setor privado zimbabuano, que buscava mercados na região e sofria com a competição internacional, principalmente de empresas sul-africanas (NEST, 2001).

Apesar de gerar oportunidades de investimento e comércio, dada a extensão dos conflitos da RDC e da participação zimbabuana neles, é difícil reconhecer benefícios para a população do Zimbábue, pois ela custou muito mais do que o orçamento do governo zimbabuano podia suportar e gerou conseqüências sociais,

políticas e econômicas negativas para o país, sobrecarregando seu sistema de saúde, gerando inflação e instabilidade social.[13] A decisão de Mugabe de intervir na RDC foi duramente criticada domesticamente e, embora a maioria dos zimbabuanos se opusesse à intervenção, cujo custo o país não podia suportar sem graves conseqüências no longo prazo, as tropas zimbabuanas continuaram a ser enviadas à RDC, mesmo sem o aval do parlamento.

Devido às diferenças nas estratégias defendidas por Harare e Pretória, que privilegiou uma abordagem negociação e construção de paz, a SADC foi palco de desacordos entre Mugabe e Mandela (CLARK, 2002). Enquanto os Estados africanos que se envolveram no conflito – Angola, Namíbia e Zimbábue – acusavam a África do Sul de estar, com sua proposta de solução diplomática, apoiando os rebeldes, as potências ocidentas Reino Unido e EUA também defendiam uma abordagem negociada ao conflito.

Isto afetou a ajuda externa para o Zimbábue: a administração Clinton revisou seu apoio a um empréstimo do Banco mundial para o Zimbábue após receber relatórios que indicavam que o país gastava na RDC quase dez vezes o que declarara ao FMI; o FMI reteve US$ 53 milhões em ajuda; a Dinamarca encerrou negociações sobre um futuro empréstimo de US $25 milhões para melhorar os aeroportos domésticos do Zimbábue e Itália e Holanda suspenderam a ajuda que ofereciam anualmente devido ao que chamavam de extravagância, falta de responsabilidade e desrespeito aos direitos humanos nas políticas do governo, que gastava na RDC enquanto sua população sofria com a pobreza.

O nível doméstico: reforma agrária, crise econômica e contestações políticas ao regime

[13] Estima-se que 12 mil tropas que ficaram por cinco anos no território congolês, custando cerca de um bilhão de dólares e a vida de muitos soldados.

A distribuição da terra é uma questão central no Zimbábue, tanto por razões culturais quanto econômicas. No período colonial, o Zimbábue foi marcado pela desapropriação da terra das populações africanas em benefício de colonos agricultores brancos. Assim, a distribuição desigual da terra é símbolo das desigualdades criadas na colonização do território e a permanência dos fazendeiros brancos como a maior força produtiva agrícola do país após a independência tornou a restituição e a redistribuição de terras imprescindíveis para a estabilidade política, social e econômica do Estado (HERBST, 1990; ALDEN e ANSEEUW, 2009).

Na conferência de Lancaster House, quando foi negociado o acordo que garantiu a independência do Zimbábue, a distribuição da terra foi um ponto importante. Chocavam-se a proposta da Frente Patriótica, que defendia o direito do governo independente adquirir qualquer propriedade que fosse de interesse público e decidir a compensação a ser paga e aquela da Inglaterra, priorizando os direitos de propriedade privada. A Frente Patriótica demandava da Inglaterra o pagamento das compensações e, como era grande o investimento financeiro necessário para solucionar a questão, o governo britânico afirmou que apoiaria os esforços do governo estabelecido no Zimbábue na obtenção de assistência internacional para este fim.

Desta maneira, ficou estabelecido que seriam pagas compensações, sendo ilegal a alteração da seção que tratava do tema da terra no documento constitucional por dez anos. A Inglaterra aceitou custear a reforma agrária, cedendo 44 milhões de libras para tal, desde que respeitado o desejo de venda dos colonos, de forma a garantir prerrogativas aos brancos e incentivar a continuação destes no Zimbábue (HUMAN RIGHTS WATCH, 2002). Nos primeiros dez anos depois da independência, a reforma agrária se deu dentro do formato previsto em Lancaster House, a compra de terras ocorrendo somente quando havia oferta de venda voluntária (ICG, 2004; HERBST, 1990).

Em 1990, cerca de um terço das terras do Zimbábue ainda estava sob o controle da população branca[14] e, passados os dez anos do Acordo de Lancaster House, o governo do Zimbábue emendou a Constituição e, dois anos depois, aprovou *Land Acquisition Act*, libertando-se do compromisso de comprar terras somente quando houvesse vendas voluntárias (ICG, 2004). Agora o Estado podia adquirir compulsoriamente terras para a reforma agrária mediante o pagamento de compensação "justa" em "tempo razoável". Também podia taxar as fazendas e estipular um tamanho máximo para elas, comprar terras adjacentes a áreas comunais mesmo que em uso, terras abandonadas ou sub-utilizadas cujos donos estivessem ausentes e terras de fazendeiros com mais de uma fazenda (HUMAN RIGHTS WATCH, 2002).

Mesmo com as reformas legais, a reforma agrária continuou no passo lento no qual vinha se desenvolvendo desde a independência, mantendo as relações entre o governo e fazendeiros brancos em bons termos em detrimento dos interesses da maioria da população, pois as Áreas Comunais tornavam-se mais populosas. Enquanto a grande maioria da população nestas áreas manteve-se dentro delas aguardando serem reassentados e os pouquíssimos que dispunham de recursos compraram seu pedaço de terra, parte da população passou se apropriar de terras de maneira autônoma e ilegal. Já ocorriam ocupações ilegais de terras no país desde a independência, mas a partir de 1997 – conforme será explicado a seguir – elas tornaram-se recorrentes e centenas de posseiros passaram a invadir fazendas de brancos. Embora algumas vezes os invasores fossem retirados pelas forças policiais, alguns oficiais da ZANU-PF encorajavam as ocupações (ICG, 2004).

[14] O modesto resultado das políticas adotadas neste período pode ser atribuído à ausência de um plano específico de reforma agrária que abarcasse a aquisição de terras e o reassentamento de maneira abrangente, compreendendo a necessidade de recursos, organização e apoio à população. Pode-se atribuir a falta de atenção governamental à reforma agrária devido a questões mais urgentes que demandavam atenção naquele momento, como as tentativas de desestabilização orquestradas pelo regime de apartheid, que colocavam em risco a segurança do Zimbábue e do governo de Mugabe (DÖPCKE e MASCHIETTO, 2005).

A economia predominantemente agrária do país era dominada por cerca de 4.500 fazendeiros de grande escala, majoritariamente brancos, uma distribuição que refletia a continuação de desigualdades raciais (MOYO, 2000). Sob pressão popular, o governo designou fazendas para serem adquiridas sem compensação a ser paga a seus donos. Alegando a culpa dos colonizadores britânicos, que haviam roubado as terras originalmente, e do Reino Unido, que prometera custear a reforma agrária na Conferência de Lancaster House, Mugabe determinou que as terras de fazendeiros comerciais com mais de uma fazenda, terras de fazendas muito grandes e terras subutilizadas ou adjacentes a terras comunais passariam a ser adquiridas compulsoriamente, e a compensação por elas só seria paga se o Reino Unido o fizesse (MOYO, 2000; VAN DEN BRINK, 1999).

Embora a desigualdade da distribuição da terra fosse inegável, a aquisição compulsória de terras não foi bem vinda pelo Reino Unido e outros parceiros ocidentais do Zimbábue. O Reino Unido, que contribuíra para a reforma agrária desde a independência do Zimbábue, demandava, para continuar financiando-a, o fim das aquisições compulsórias (HUMAN RIGHTS WATCH, 2002). Sob pressão de Estados doadores, do Banco Mundial e do FMI que, como o Reino Unido, se recusavam a custear a reforma agrária a menos que ela fosse desenvolvida com transparência, dentro do estado de direito e não comprometesse a economia, em 1998 o governo organizou uma conferência com possíveis doadores para angariar fundos para o projeto.

Compareceram à conferência representantes de 45 Estados, a maioria dos quais considerou o projeto muito ambicioso, caro, dependente em excesso do governo e de doadores. Os doadores presentes na conferência comprometeram-se a apoiar uma fase inicial do projeto que seria implementada ao longo de dois anos, mas somente a China garantiu U$ 19 milhões imediatamente. Dois meses depois, em novembro de 1998, Mugabe anunciou a retomada das aquisições compulsórias, após o que os doadores se recusaram a financiar a reforma agrária. A recusa do Reino Unido em conceder fundos foi recebida pelo governo do Zimbábue como uma violação dos

termos do acordo de Lancaster House, e as relações entre os dois governos se deterioraram (VAN DEN BRINK, 1998). Tradicionais doadores do Zimbábue como a Alemanha, a União Europeia (UE), o Banco Mundial e o FMI também não liberaram fundos argumentando a não satisfação das condições estipuladas na conferência de doadores.

Avançando da questão agrária para a economia, é interessante relembrar que durante a década de 1980, o Zimbábue teve gastos de governo bastante elevados, que corresponderam a cerca de 45% de seu PIB. Sem muitas possibilidades de investimentos, o setor privado não se desenvolveu, foi gerada inflação e as importações, encarecidas, ficaram em falta. Apesar do crescimento da economia nesta década ser razoável, a renda per capta do país estagnou, os altos gastos do governo reduziram as possibilidades de investimento privado e aumentaram a inflação, ampliando os problemas socioeconômicos do país, como o desemprego e a desigualdade (AFRICAN DEVELOPMENT BANK GROUP, 1997). Em 1991, o governo propôs uma agenda que, aprovada pelo Banco Mundial, tornou-se o *Zimbabwe's Economic and Structural Adjustment Program* (ESAP) e lhe rendeu um empréstimo de 125 milhões de dólares. Um programa de ajuste estrutural e econômico de caráter liberal, o ESAP objetivava abrir a economia reestruturando-a de forma a reduzir o papel do Estado e liberalizar as políticas comerciais e o sistema de câmbio. Dentre suas metas estavam diminuir o déficit orçamentário do governo a 5% do PIB até 1995, eliminar subsídios, reduzir gastos com serviços públicos, reduzir a inflação e eliminar o controle sobre as taxas de juros.

O programa obteve sucesso em suas metas liberalizantes, gerando crescimento e aumento nas exportações em 1994, mas as reformas fiscais evoluíram lentamente e o déficit orçamentário não se reduziu como se esperava, sendo intensificada a falta de capital para a iniciativa privada, a inflação, as altas taxas de juros e as incertezas na economia zimbabuana (WORLD BANK, 1995a). Confirmavam-se as previsões dos críticos do programa, que temiam que a ESAP gerasse efeitos negativos como desemprego, aumento de preços e da inflação e cortes nos serviços sociais. O

programa também tinha falhas operacionais, prevendo ajuda no período de adaptação apenas para trabalhadores do setor formal urbano, de forma que a maioria da população, atuando no campo ou no setor informal urbano, não teve apoio e padeceu com a transição e com os problemas econômicos e sociais causados pelo ESAP. As conseqüências do ESAP geraram instabilidade social e dependência de fundos internacionais, tornando o Zimbábue vulnerável a pressões de doadores (BOND, 2000; WORLD BANK, 1995b).

O Estado zimbabuano era forte e dominava a esfera política, o mercado de trabalho e a geração de riquezas do país. Desde 1987, quando ZANU e ZAPU uniram-se e formaram a ZANU-PF, o ambiente político doméstico do país foi dominado pela ZANU-PF, e o Zimbábue tornou-se, na prática, um Estado monopartidário, pois partido o governo eram cada vez mais indistintos um do outro e a repressão violenta de manifestações e da oposição geraram apatia política popular (LAAKSO, 2003; CATHOLIC COMMISSION FOR JUSTICE AND PEACE; 2007). O regime da ZANU-PF tinha incentivos para procurar aumentar seu controle sobre ele e impedir a emergência de autoridades alternativas. A concentração de poder não se limitou ao cerceamento da oposição, e o Estado tornou-se, assim como a ZANU-PF, centralizado na figura do Presidente Mugabe, que governava unilateralmente, tomando decisões importantes sozinho, sem o apoio ou mesmo com clara contrariedade do parlamento. Exemplo disso foi a intervenção na RDC, adotada sema aprovação do parlamento.

A partir de 1997, no entanto, iniciou-se no cenário político do Zimbábue um período com características novas. Os problemas do país eram especialmente sérios devido a sua instabilidade econômica, a intervenção na RDC pesou sobre os seus já escassos recursos, e secas sentidas em toda a África Austral, em 1997 e 1998, juntamente com a falta de planejamento estratégico do governo, reduziram sua produção agrícola, instalando no país uma crise econômica. Descontente com estas condições e com a conduta de seu governo, a população empobrecida passou a mobilizar manifestações, de forma que o final de 1998 foi tenso, marcado por greves e

rebeliões, e mesmo tradicionais entusiastas do partido passaram a criticar e demandar mais do governo.

Para conter a crise, o governo aumentou os salários e reduziu forçosamente os preços, mas não solucionou os desequilíbrios que originavam os problemas do país. A resposta do governo aos problemas que emergiam era a cooptação dos grupos de apoio tradicionais com dinheiro, terras ou cargos políticos, ao mesmo tempo em que reprimia e intimidava a oposição por meio da polícia (COHRE, 2001).

Desta vez os problemas do Zimbábue não foram ignorados pela comunidade internacional como ocorrera anos antes. Dentre as questões levantadas pelo Ocidente estavam as políticas de terras, políticas econômicas, a intervenção na RDC e mesmo os direitos de homossexuais no país.[15] Esta última questão ganhou destaque, primeiramente, devido à mobilizações da população civil britânica, que protestou devido à postura homofóbica de Mugabe e tachou o líder de "ditador intolerante".

A atenção dada às violações dos direitos humanos que ocorriam no Zimbábue denota a transformação de direitos humanos e da democracia em questões centrais na política internacional que ocorreu na década de 1990. Estes temas ficaram em destaque e, no caso do Zimbábue, os abusos do governo contra sua população tornaram-se o foco da atenção internacional dada ao Estado.

Foi neste contexto que, em 11 de setembro de 1999, foi oficialmente lançado o Movimento pela Mudança Democrática (*Movement for Democratic Change*, ou MDC), um partido formado a partir do movimento sindical que adquiriu ampla base de apoio, unindo advogados, estudantes, ativistas feministas e de direitos humanos e mesmo alguns Veteranos de Guerra. Devido ao colapso econômico, os abusos de direitos humanos, a corrupção e a manipulação constitucional que ocorriam no país, o descontentamento popular era o maior trunfo do novo partido.

Para garantir apoio político na eleição parlamentar de junho de 2000 e manter-se no poder, a ZANU-PF procurou se utilizar da divisão da população nos ambientes rural

[15] A legislação do Zimbábue criminaliza relações homoafetivas e Robert Mugabe desenvolveu narrativas homofóbicas na campanha das eleições de 1995.

e urbano. Sua estratégia era unificar a população rural negra contra a população urbana e fazendeiros brancos, base de apoio do MDC. Para isto, a ZANU-PF utilizou-se de narrativas que permeavam o ideário nacional, mobilizando símbolos como a distribuição da terra e o anti-imperialismo a seu favor.

A redistribuição de terras, que seguira a passos lentos desde o final de 1998, foi retomada em um programa populista de reforma agrária rápida, embasado em sua invasão por Veteranos de Guerra, que atuavam como uma milícia armada do governo, invadindo as fazendas de brancos, atacando os fazendeiros e os trabalhadores rurais, além de violentamente intimidarem a oposição. A campanha eleitoral do governo caracterizava as ocupações de terras como a *Terceira Chimurenga*,[16] retomando a nostalgia da Guerra de Libertação, discurso que era fortalecido pela participação dos Veteranos de Guerra nas invasões.

A oposição do MDC à tomada de terras a força era reinterpretada no discurso oficial do governo como desejo de manutenção da desigualdade na posse de terras no Zimbábue. Neste discurso, a população era dividida entre revolucionários patriotas – o governo, os Veteranos de Guerra e milícias armadas que continuavam a luta pela libertação por meio da invasão de fazendas – e os traidores da oposição, fantoches do ocidente que desejavam uma mudança de regime e procuravam desestabilizar o Estado (NDLOVU-GATSHENI, 2003; KRIGER, 2006). Ao mesmo tempo em que desenvolvia a narrativa de libertação, o governo passou a sistematicamente coagir, intimidar e usar violência contra o MDC e a população que o apoiava, principalmente nas áreas rurais, impedindo oposição de fazer campanha em algumas regiões.

Neste contexto o Zimbábue foi se tornando um exemplo de falta de legitimidade política, precariedade sócio-econômica e repressão violenta da população para as potências ocidentais (MKENDA, 2009). Em fevereiro de 2000, o Reino Unido impôs um

[16] Em 1896-97 os dois principais grupos étnicos do território do Zimbábue, os Shona e os Ndebele, revoltaram-se contra os colonizadores em uma insurreição que ficou conhecida como a *Primeira Chimurenga*, ou a primeira luta pela independência. A guerra nacionalista pela independência na década de 1970 ficou conhecida como a *Segunda Chimurenga*. (ICG, 2000).

embargo de armas ao Zimbábue, e no encontro da *Commonwealth* em maio de 2000 os Ministros do *Commonwealth Ministerial Action Group on the Harare Declaration* (CMAG), mostraram-se preocupados com a violência e intimidação política, as invasão de terras, o declínio do estado de direito no Zimbábue e os efeitos destas condições para as eleições que ocorreriam aquele ano no país, pressionando o governo para que este convidasse observadores para as eleições (LAAKSO, 2002; COMMONWEALTH OBSERVER GROUP, 2000). Para pressionar Mugabe, além de medidas informais e propaganda negativa contra o regime, que resultaram na redução do fluxo de ajuda internacional, investimentos e recursos financeiros para o país, nos anos seguintes foram aplicadas sanções direcionadas contra membros da elite política zimbabuana pela UE, EUA, Canadá, Austrália e Nova Zelândia, e o Zimbábue foi suspenso da Commonwealth.

Até então, havia ocorrido alguns choques nas relações internacionais do Estado, como na questão do financiamento da reforma agrária pelo Reino Unido e as críticas da população britânica aos abusos de direitos humanos no Zimbábue, mas os laços comerciais, de investimento e mesmo ajuda não tinham sido afetados. Iniciava-se uma nova dinâmica nas relações internacionais do Zimbábue, pois as potências ocidentais começaram a se posicionar de forma mais dura em relação ao governo Mugabe, demonstrando que as condições que antes protegiam o regime da opinião internacional não existiam mais.

CONCLUSÃO

Procurando compreender porque foi reconhecida a existência de uma crise doméstica no Zimbábue por seus parceiros ocidentais na segunda metade dos anos 1990, quando estes passaram a duramente criticar o regime de Mugabe, levando em conta o histórico do país – de que mesmo havendo verdadeiro massacre da oposição ao regime nos anos 1980, o Zimbábue era reconhecido como a joia da África – propõe-se que ocorreu uma alteração na imagem do Zimbábue e do regime de Mugabe para o

Ocidente a segunda metade da década de 1990. Para analisar tal hipótese, desenvolveu-se pesquisa abrangendo os níveis sistêmico, regional e doméstico delimitando-a em dois períodos.

No primeiro deles, que se desenrolou entre 1980, quando o Zimbábue se tornou um Estado independente, e a primeira metade da década de 1990, o Zimbábue teve uma bem sucedida inserção na comunidade internacional. Isto se deveu a uma conjuntura internacional favorável aos jovens Estados africanos, caracterizada disputa bipolar de poder entre as superpotências, que dominava o ambiente internacional e favorecia a desconsideração das condições domésticas dos aliados para garantir seu apoio. Apesar de existir um extenso corpo de normas e convenções compondo o regime de direitos humanos, durante a Guerra Fria, predominavam princípios como a soberania, sendo reificada a separação entre o doméstico e o internacional, afastando a atenção da comunidade internacional dos problemas domésticos dos Estados e predominando a relutância em criticar regimes aliados. Tal conjuntura garantiu a Mugabe parcerias e recursos para o desenvolvimento de seu Estado sem intervenções indesejadas em suas políticas domésticas, pois ele soube, assim como outros líderes africanos, aproveitar-se da conjuntura global em seu benefício.

Também foi marcante para os primeiros anos de independência do Zimbábue, a presença do regime de apartheid na África do Sul, que com a *Total National Strategy* ameaçava a estabilidade do Zimbábue e de toda a África Austral. Para garantir a segurança de seu Estado frente às tentativas de desestabilização econômica e militar da África do Sul, o governo de Mugabe buscou o desenvolvimento econômico regional e lutou contra o regime de apartheid, defendendo ativamente em sua política externa princípios políticos que caracterizavam o Zimbábue como um Estado africano independente. Devido a sua mobilização política, o Zimbábue adquiriu grande projeção internacional como uma liderança entre os países do Terceiro Mundo.

Além disso, sua política doméstica de reconciliação entre brancos e africanos e o pragmatismo que o líder demonstrava implementando políticas reformistas, sem desestabilizar os privilégios da população branca nem a estrutura da economia

capitalista, tornavam seu regime muito interessante para o Ocidente, que o reconheceu como um modelo de Estado pós-colonial que poderia ser implementado na África do Sul quando esta se democratizasse. Estas características domésticas ganhavam destaque devido à conjuntura regional – dado o contexto turbulento da África Austral marcada pelo embate entre o regime sul-africano de apartheid e seus vizinhos, gradualmente tornando-se Estados com regimes africanos negros – e a conjuntura sistêmica de Guerra Fria, na qual Mugabe soube manter a aliança do Ocidente.

Esta constelação de fatores funcionou como um escudo, fazendo com que os problemas domésticos do Zimbábue, como os esforços do governo para instalar um Estado monopartidário, seu autoritarismo e a repressão e violência direcionadas contra milhares de seus cidadãos, fossem ignorados, protegendo o regime e a elite do país de ingerências externas e tornando a década de 1980 um período de "lua de mel" entre Mugabe e a comunidade internacional. A falta de atenção com a qual a comunidade internacional reagiu aos problemas internos existentes no Zimbábue era consistente com a falta de interesse que havia em criticar o regime de Mugabe.

Na segunda metade da década de 1990, os problemas econômicos e sociais do Zimbábue, relacionados a mudanças econômicas estruturais, reforma agrária, repressão da população e a intervenção militar na RDC, por sua vez, ganharam relevância internacional, afetando as relações internacionais do Zimbábue e transformando Robert Mugabe em alvo de censuras ocidentais. Como a existência de problemas domésticos no Zimbábue não era algo novo, não se pode atribuir a atenção internacional dada a estas questões à sua simples existência no ambiente doméstico do Zimbábue. A atenção ocidental negativa que se voltou ao Zimbábue indica a ocorrência de uma mudança na imagem do regime de Mugabe para o ocidente, demonstrando que este tinha, agora, disposição para ver os problemas no país e interesse em criticá-lo.

A abordagem multinível permite compreender o início deste novo período das relações internacionais do Zimbábue devido ao término das condições que permitiram

a projeção de uma imagem extremamente positiva do Zimbábue e de Robert Mugabe e a emergência de novas realidades que tornaram a figura de Mugabe menos relevante.

Com o final da Guerra Fria e a alteração na distribuição internacional de poder que ele provocou, houve uma mudança no discurso prevalente no meio internacional e a ordem liberal democrática, promovida pelo Ocidente, se descortinou como o sistema normativo predominante na sociedade internacional. Sob influência do consenso liberal que predominava na cultura da sociedade internacional os Estados do Norte tornaram-se mais críticos com relação às políticas de Estados pequenos que necessitavam de sua ajuda, condicionando assistência financeira e cooperação ao cumprimento de determinadas condições, como a manutenção de uma democracia liberal, boa governança, uma economia estável e interessante aos investidores internacionais e respeito aos direitos humanos da população.

Além das alterações na conjuntura global, mudanças no ambiente regional alguns anos após a queda da URSS resultaram na alteração da imagem internacional do Zimbábue. Este Estado, que se destacara como um agente na luta anti-apartheid perdeu, em grande medida, sua relevância estratégica com o final do regime ultra-racista. Paralelamente, frente à emergência da África do Sul democrática, que além de ser o Estado mais influente na região, tornava-se também o baluarte da democracia e defesa dos direitos humanos na África Austral, o Zimbábue perdia o espaço que antes ocupava de modelo de regime africano pós-colonial de reconciliação racial, que poderia ser seguido por aquela. A luta contra o regime de apartheid na África do Sul era um tema central na política exterior de Mugabe e, quando ele foi encerrado, a imagem do Zimbábue perdeu espaço ao mesmo tempo em que a figura de Mugabe era afetada, contraposta à de Mandela.

Assim, a partir de 1997, quando as condições domésticas do Estado tornaram-se instáveis, o Zimbábue se envolveu no conflito na RDC contrariando os interesses ocidentais e o governo iniciou uma campanha política marcada por violência e intimidação da oposição e após iniciar um programa de reforma agrária embasado na sistemática invasão de fazendas de brancos por milícias de Veteranos de Guerra, as

políticas de Mugabe passaram a ser criticadas pelos seus parceiros ocidentais. Desde então Reino Unido, alguns Estados europeus e os EUA passaram a conferir maior atenção aos problemas domésticos do Zimbábue e as eleições de 2000 e de 2002 no Estado tornaram-se eventos de destaque internacional.[17]

Na busca pela compreensão da postura hostil ocidental, não se pode voltar-se somente para os problemas domésticos no Zimbábue, pois estes já existiam na década de 1980, quando o Zimbábue era considerado a jóia da África. Para se compreender por que ocorreu uma mudança na imagem do regime de Mugabe para o Ocidente e o líder africano tornou-se um pária, é preciso identificar fatores oriundos do nível internacional que condicionaram tal alteração, analisando as dinâmicas nos níveis sistêmico, regional e doméstico. Conclui-se que a crise doméstica do Zimbábue ganhou dimensões internacionais na segunda metade da década de 1990, quando não havia mais incentivos para o Ocidente fechar os olhos para os problemas nas políticas do regime de Mugabe, pois os pilares que embasavam o bom relacionamento entre o líder e o Ocidente haviam ruído e as novas condições não instigavam as potências ocidentais a garantir-lhe seu apoio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFRICAN DEVELOPMENT BANK GROUP. “Zimbabwe Economic Structural Adjustment Programme Project Performance Evaluation Report (PPER)”. 1997. Disponível em: <https://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Evaluation-Reports-_Shared-With-OPEV_/06050223-EN-ZIMBABWE-ECONOMIC-STRUCTURAL-ADJUSTMENT.PDF> Acessado em 12 de março de 2017.

[17] Salienta-se que a postura ocidental não foi seguida por outros Estados, sendo que tanto o continente africano quanto a maior parte dos Estados do Sul Global mantiveram seu apoio a Mugabe. No âmbito das políticas regionais, o regime de Mbeki procurou desenvolver uma política discreta de diálogo, conhecida como *quiet diplomacy* para colaborar em prol da solução da crise zimbabuana.

ALDEN, Chris.; ANSEEUW, Ward. 2009. *Land, Liberation and Compromise in Southern Africa*. Londres: Palgrave Macmillan.

ALDEN, Chris; LE PERE, Garth. 2004. "South Africa's Post-Apartheid Foreign Policy: From Reconciliation to Ambiguity?" *Review of African Political Economy*, v. 15 n.100, p. 283-297.

BOND, Patrick. 2000. "ZIMBABWE: Crisis showcases reasons for IMF, World Bank protests". Disponível em: <http://www.greenleft.org.au/node/22406> Acessado em 28 de agosto de 2016.

BOOTH, Ken; VALE, Peter. 1995. "Security in Southern Africa: After Apartheid, beyond Realism". *International Affairs*. v. 71, n.2, p. 285-304.

BRETT. Edward. 2005. "From Corporatism to Liberalization in Zimbabwe: Economic Policy Regimes and Political Crisis, 1980–97". *International Political Science Review*, v. 26, n. 1, p. 91-106.

CATHOLIC COMMISSION FOR JUSTICE AND PEACE. 2007. *Gukurahundi in Zimbabwe: A report on the disturbances in the Matabeleland and the Midlands*. Londres: Hurst and Company.

CHAN, Stephen. 2003. *Robert Mugabe: a life of power and violence*. Londres: I.B.Tauris.

CLAPHAM, C. 1996. *Africa and the International System: The Politics of State Survival*. Cambridge: Cambridge University Press.

CLARK, John F. 2001. “Realism, Neo-Realism and Africa’s International Relations in the Post Cold War Era” In: DUNN, Kevin C.; SHAW, Timothy M. (Eds.). *Africa’s challenge to International Relations Theory.* New York: Palgrave Macmillan.

COHRE - CENTRE ON HOUSING RIGHTS AND EVICTIONS. 2001. *Land, Housing and Property Rights in Zimbabwe*.

_____. 2002. *The African Stakes of the Congo War.* New York: Palgrave Macmillan.

COMMONWEALTH OBSERVER GROUP. 2000. *The Parliamentary Elections in Zimbabwe 24-25 June 2000 Report*. Londres: Commonwealth Secretariat.

DÖPCKE, Wolfgang. 1998. “Uma nova política exterior depois do *apartheid*? Reflexões sobre as relações regionais da África do Sul, 1974-1998”. *Revista Brasileira de Política Internacional* v, 41, n. 1, p. 133-161.

_____. 2002. “A dupla metamorfose do Robert Mugabe ou: as dimensões domésticas e internacionais das eleições em Zimbábue.” *Meridiano 47*. v. 19, n. 20, p. 18-24.

_____. 2003. “De babuínos, homossexuais e um Presidente – ou: o fracasso da política exterior do Zimbábue depois do fim da Guerra Fria”. In MARTINS, Estevão Chaves de Rezende (org.). *Relações Internacionais: Visões do Brasil e da América Latina*. 1ª ed. Brasília: FUNAG; IBRI.

_____. 2005. “Uma hegemonia regional em movimento: a África do Sul”. *Paper apresentado no Diálogo Brasília-Oxford*, na Universidade de Brasília. Brasília, 14 de abril de 2005.

DÖPCKE, Wolfgang; MASCHIETTO, Roberta H. “O Desenvolvimento de uma Arquitetura de Segurança Regional na África Austral (SADC)”. *Working paper No. 2 do Projeto Líderes regionais e segurança internacional: Índia-Brasil-África do Sul*, Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília. Brasília, Abril 2005.

ENGEL, Ulf. 1994. *The Foreign Policy of Zimbabwe*. 1a ed. Hamburgo: Institut für Afrika-Kunde.

EVANS, Graham. 1996. “South Africa in Remission: The Foreign Policy of an Altered State”. *The Journal of Modern African Studies*, v. 34, n.2, p. 249-269.

GATT SECRETARIAT. 1994. Trade Policy Review Mechanism Zimbabwe. Disponível em <https://www.wto.org/gatt_docs/English/SULPDF/91820141.pdf> Acessado em 11 de março de 2017.

HERBST, J. 1990. *State Politics in Zimbabwe*. 1a ed. Harare, University of Zimbabwe Publications.

HOLLAND, Heidi. 2008. *Dinner with Mugabe*. 1ª ed. Londres: Penguin.

HUGUENEY FILHO, Clodoaldo. 1993. *A Conferência de Lancaster House:da Rodésia ao Zimbábue*. 1ª ed. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão.

HUMAN RIGHTS WATCH. 2002. *Fast Track Land Reform in Zimbabwe*. v. 14, n. 1. Disponìvel em:<https://www.hrw.org/reports/2002/zimbabwe/≥ Acessado em 28 de agosto de 2016.

ICG. 2000. Africa Report N° 22. *Zimbabwe: at the Crossroads*. Disponível em:. <https://www.files.ethz.ch/isn/28685/022_zimbabwe_at_the_crossroads.pdf> Acessado em 28 de agosto de 2016.

_____. 2004. Africa Report N° 85. *Blood and Soil Land, Politics and Conflict Prevention in Zimbabwe and South Africa*. Disponível em: <https://www.files.ethz.ch/isn/28769/085_blood_and_soil_complete.pdf> Acessado em 28 de agosto de 2016.

JERVIS, David. 2009. "Review Essay The Reasons Why Robert Mugabe Became A Tyrant." *Journal of Third World Studies,* v. 37, n. 2,, p. 293-294.

KIRKPATRICK, Jeane. 1979. "Dictatorships and Double Standards". *Commentary Magazine*. Disponível em: <https://www.commentarymagazine.com/articles/dictatorships-double-standards/> Acessado em 28 de agosto de 2016.

KNUTSEN, Torbjorn L. 1992. *A History of International Relations Theory*. 1a ed. Manchester: Manchester University Press.

KRIGER, Norma. 2003. "Robert Mugabe, Another Too-Long-Serving African Ruler: a Review Essay". *Political Science Quarterly*. v. 118, n. 2, p. 307-313.

_____. 2006. "From Patriotic Memories to 'Patriotic History' in Zimbabwe, 1990 – 2005", *Third World Quarterly*, v. 27, n. 6, p. 1151-1169.

LAAKSO, L. 2002. "The Politics of International Election Observation: The Case of Zimbabwe in 2000". *Journal of Modern African Studies*, v. 40, n. 3, p. 437-464.

_____. 2003. “Opposition politics in independent Zimbabwe.” *African Studies Quarterly*, v. 7, n. 2-3, p. 119-137.

MASHINGAIDZE, Terence M. 2006. “The Zimbabwean Entrapment: An Analysis of the Nexus between Domestic and Foreign Policies in a “Collapsing” Militant State, 1990s-2006”. *Alternatives: Turkish Journal of International Relations*, v. 5, n. 4, p. 57-77.

MEREDITH, Martin. 2007. *Mugabe: Power, Plunder, and the Struggle for Zimbabwe.* 1a ed. New York: Public Affairs.

MKENDA, Adolf. 2009. “Why I refuse to condemn Mugabe”. *Pambazuka*, Edição 431. Disponível em: <http://www.pambazuka.org/governance/why-i-refuse-condemn-mugabe> Acessado em 28 de agosto de 2016.

MOYO, Sam. 2000. “The Political Economy of Land Acquisition and Redistribution in Zimbabwe, 1990-1999”. *Journal of Southern African Studies.* v. 26, n. 1, p. 5-28.

NDLOVU-GATSHENI, S. J. 2003. Dynamics of the Zimbabwe Crisis in the 21st Century. *African Journal on Conflict Resolution*, v. 3, n. 1, p. 99-134.

NEST, Michael. 2001. “Ambitions, Profits and Loss: Zimbabwean Economic Involvement in the Democratic Republic of the Congo”. *African Affairs*, v. 100, n. 400, p. 469-4900.

NKIWANE, Solomon M. 1999. “Zimbabwe's Foreign Policy”. *In* WRIGHT. S [Ed]. *African Foreign Policies*. 1a ed. Boulder: Westview Press.

NKIWANE, Tandeka C. 2001. “Africa and International Relations: Regional Lessons for a Global Discourse”. *International Political Science Review*, v. 22, n. 3, p. 279-290.

NYANGONI, Wellington Winter. 1985. *Africa in the United Nations system*. 1a ed. Rutherford: Fairleigh Dickinson University Press.

RAFTOPOULUS, Brian; SAVAGE, Tyrone. 2004. *Zimbabwe: Injustice and Political Reconciliation*. 1a ed. Cidade do Cabo: Institute for Justice and Reconciliation.

REYNTJENS, Filip. 1999. "The Second Congo War: More than a Remake". *African Affairs*, v. 98, n, 391, p. 241-250.

RUPIYA, Martin R. 2002. "Eight Years of Tension, Misperception and Dependence from April 1994 to December 2002 Zimbabwe - South Africa Foreign Relations: A Zimbabwean Perspective". *Alternatives: Turkish Journal of International Relations*, v. 1, n4, p. 158-175.

SCARNECCHIA, T. 2011. "Rationalizing Gukurahundi: Cold War and South African Foreign Relations with Zimbabwe: 1981-1983". *Kronos: Southern African Histories*. V. 37, p. 87-103.

UN HUMAN SECURITY UNIT. 2009. "Human Security in Theory and Practice: an Overview of the Human Security Concept and the United Nations Trust Fund for Human Security". Disponível em: <http://www.un.org/humansecurity/sites/www.un.org.humansecurity/files/human_security_in_theory_and_practice_english.pdf> Acessado em 12 de março de 2017.

VAN DEN BRINK, Rogier. 1999. "Zimbabwe Land Acquisition Update". WASHINGTON: *World Bank*. Disponivel em: <http://mokoro.co.uk/wp-content/uploads/zim_land_reform_update_march_2000.pdf> Acessado em 12 de março de 2017.

VAN WYK, Jo-Ansie. 2002. “The Saga Continues...The Zimbabwe Issue in South Africa’s Foreign Policy”. *Alternatives: Turkish Journal of International Relations*, v. 1, n.4, p. 176-231.

WORLD BANK, 1995a. “Report No. 13842 Project Completion Report: Zimbabwe Structural Adjustment Program. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/en/943901468334458097/pdf/multi0page.pdf> Acessado em 28 de agosto de 2016.

_____. 1995b. “Report No. 13540-ZIM Zimbabwe: achieving shared growth. Country Economic Memorandum. Vol. 1. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/en/690731468781181684/pdf/multi0page.pdf> Acessado em 28 de agosto de 2016.

_____. 2012. “Structural Adjustment and Zimbabwe's Poor”. Disponível em: <http://lnweb90.worldbank.org/oed/oeddoclib.nsf/DocUNIDViewForJavaSearch/15A937F6B215A053852567F5005D8B06 > Acessado em 12 de março de 2017.

WOYACH, Robert. 1996. “International Relations Theory and the New World Order”. *Mershon International Studies Review*, v. 40, n.2, p. 339-352.

Recebido em 28 de agosto de 2016.
Aprovado em 22 de fevereiro de 2017.